



**Universidade Federal Fluminense
Comissão Própria de Avaliação**



Niterói, junho de 2005

Sumário

1. Apresentação	3
2. A avaliação na UFF	4
2.1. Os antecedentes	4
2.2. As novas circunstâncias	6
2.3. As orientações do SINAES	7
3. O processo de avaliação institucional	9
3.1. Objetivos	10
3.2. Metodologia	10
3.2.1. O olhar interno	12
3.2.2. O olhar externo	13
3.3. Cronograma	14
3.4. Orçamento	15
Anexo 1	
Matriz Geral de Avaliação	16
Anexo 2	
Matriz Geral de Avaliação	30

1. Apresentação

Embora os processos de avaliação das instituições de ensino superior não sejam uma novidade, eles vêm ganhando cada vez mais destaque e força, na medida em que a educação superior constituiu-se em objeto de um grande debate e de profundas reformulações recentes, no Brasil e no mundo. Sem dúvida, isso ocorre por força das modificações que se operam nas mais diferentes dimensões da vida social, no mundo do trabalho, na produção de conhecimento, além da tentativa de solução da crescente exclusão social.

Nessas discussões, a temática da qualidade é a que mais se evidencia na mídia, ainda que o seu pressuposto fundamental seja a idéia de crise, esta concebida como um diagnóstico, aquela como um atributo, um valor ou, mais concretamente, como um padrão de referência. É da articulação destes dois conceitos: crise e qualidade, que se extrai a “avaliação”, tomada concomitantemente como um instrumental diagnóstico e como um mecanismo impulsionador para um patamar ideal de excelência, ou seja, a “qualidade pretendida”. No entanto, há que considerar ser essa “qualidade pretendida” já determinada, de certo modo, pelo enfoque com que se diagnostica e se afirma a existência da crise.

Como o conceito de qualidade não se expressa por si só, mas sempre em referência a algo, pois se trata de um atributo, é preciso que, no âmbito dos processos de avaliação, seja explicitado o referencial utilizado para sua parametrização. Mais ainda, é fundamental indicar que a avaliação é realizada em um dado contexto e com um objetivo definido, não sendo, portanto, fruto de um puro e simples transplante de critérios estabelecidos em outros cenários e sob condições diversas.

Assim, este documento, busca, em um primeiro momento, sistematizar a trajetória da avaliação na UFF, explicitando, em seguida, os termos em que hoje é pensado o seu projeto de avaliação institucional.

2. A avaliação na UFF

2.1. Os antecedentes

Ao longo de sua história, a UFF produziu algumas ações no campo da avaliação, mas elas se caracterizaram por serem restritas a algumas dimensões institucionais, assistemáticas, e, no mais das vezes, orientadas para o controle do desempenho. A pós-graduação é que conheceu sistemáticas mais amplas de avaliação, orientadas pelos padrões da Capes, embora, nesta, a dimensão institucional ocupasse um lugar menos privilegiado.

Ao longo dos anos 1980, a instituição participou, por exemplo, do Projeto Galileu e do acordo MEC/BID. Por força desse acordo, inúmeras consultorias, inclusive com técnicos estrangeiros, foram contratadas pela UFF. Esse foi o período no qual vários anuários estatísticos foram produzidos, com o objetivo de reunir dados quantitativos sobre determinados aspectos do desempenho institucional. Contudo, deles não se extraiu nenhuma ação concreta de redimensionamento da instituição.

No final da década de 1980, foi também implantada, na UFF, a avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos, em cumprimento a dispositivo legal que instituiu o plano de carreira, em 1987. Essa avaliação, por seu próprio caráter, não teve desdobramentos mais abrangentes, uma vez

que foi implementada com o objetivo de aferir o desempenho dos servidores, visando a progressão por mérito, prevista na legislação.

Uma ação mais abrangente e continuada só veio a ocorrer mais recentemente, por meio da Comissão de Avaliação Institucional, criada em maio de 1996, e que apresentou uma proposta de avaliação institucional para discussão na Comunidade Universitária, referenciada nos princípios do PAIUB. Em 1997, essa Comissão deu origem à Comissão Permanente de Avaliação Institucional da UFF (CPAIUFF), com uma maior representatividade.

A partir de uma proposta de avaliação mais concreta, instalaram-se diferentes subcomissões, tanto nos Centros Universitários como em órgãos administrativos e Colegiados de curso. As atividades dessas subcomissões, no entanto, não alcançaram, por diferentes razões, os resultados esperados. Na Coordenação, contudo, alguns trabalhos foram desenvolvidos, a partir de indicadores do PAIUB, visando sistematizar e estabelecer uma base de dados confiável para o processo avaliativo.

À luz dos diferentes relatórios produzidos pela CPAIUFF, procurava-se repensar o processo de avaliação na Universidade. Para esta tarefa, assumia-se como referência a perspectiva de que o objetivo da avaliação deve provir, primeiramente, de dentro da instituição, isto é, de uma vontade de melhorar e de buscar um elevado padrão de qualidade. Em outras palavras, o que interessa à instituição é olhar para si e verificar o seu estado de bem-estar em si mesmo e não o aspecto competitivo. Com este enfoque, não se trata de simplesmente cumprir mínimos para receber uma aprovação externa, mas sim buscar máximos.

2.2. As novas circunstâncias

Nas duas últimas décadas do século XX, a idéia de Universidade, para a UFF, se caracterizava pela curta dimensão temporal de sua existência, pela ausência de um projeto político-acadêmico e pedagógico, pela relativa dispersão física de suas unidades. Construído, essencialmente, a partir de definições de qualidade estabelecidas em outros contextos e condições, o processo de avaliação da UFF, naquele momento, importava em um esforço **de reconhecimento**.

Em outras palavras, tratava-se de promover a realização de um diagnóstico amplo, que produzisse, por sua vez, as diretrizes de um projeto de transformação da sua realidade, que tomasse como ponto de partida aquilo que fazíamos, o que pretendíamos ser e os recursos de que dispúnhamos para realizá-lo.

Nessa primeira década do século XXI, o ambiente universitário, no Brasil e no mundo, sofreu mudanças e trouxe uma nova perspectiva para o processo de avaliação. Além de permitir o estabelecimento de um processo para se reconhecer, a avaliação deve viabilizar a implementação de uma efervescente rotina por meio da qual se instauram possibilidades concretas de **transformação**.

No cenário nacional, o cenário concebido para a realização de uma permanente e consistente prática de avaliação encontra-se definido na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Como expresso na norma, ele fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua

oferta e o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Surgiu, assim, no âmbito de cada instituição de ensino, a obrigação de constituir uma **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**, composta com a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada e com atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

2.3. As orientações do SINAES

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos:

- ✓ a **Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies)**, que, concebida como o centro de referência e articulação do sistema de avaliação, se desenvolve em duas etapas principais: a auto-avaliação, coordenada pela CPA, e a avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES;
- ✓ a **Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)**, que avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas de comissões externas; e
- ✓ a **Avaliação do Desempenho dos Estudantes**, realizada por meio do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que será aplicado aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso.

A implementação da avaliação institucional, na lógica de um sistema nacional, como é a proposta do SINAES, pressupõe a definição de etapas coordenadas para o desenvolvimento das atividades. Assim, a organização do

processo prevê a ocorrência de três diferentes etapas: a preparação, o desenvolvimento e consolidação.

A primeira etapa do processo de avaliação institucional indicada pelo SINAES é a preparação. Essa etapa compreende algumas ações fundamentais: a constituição da CPA, a deflagração de um processo interno de sensibilização da comunidade envolvida e a elaboração da proposta. Nesta primeira etapa, todos os esforços precisam estar voltados para o envolvimento da comunidade, com o fornecimento, de forma transparente, de todos os esclarecimentos necessários para que todos os segmentos se conscientizem da importância da atividade desenvolvida e das transformações que ela pode induzir.

Definidos a proposta e o planejamento da avaliação, seu desenvolvimento buscará assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos previstos. Nesta segunda e nova etapa são desenvolvidas as seguintes atividades: implementação dos procedimentos de coleta e análise das informações, elaboração de relatórios parciais relativos às diferentes etapas de auto-avaliação e avaliação externa, integração com os demais instrumentos de avaliação do SINAES e revisão do projeto de avaliação, com planejamento das atividades para a sua continuidade.

Busca-se, assim, produzir um diagnóstico institucional. É o momento em que os agentes institucionais têm a oportunidade de conhecer e refletir sobre a realidade institucional. Uma reflexão crítica dos dados é realizada, visando identificar os pontos fortes e fracos da instituição, possibilitando a formulação de políticas de consolidação dos pontos positivos e superação dos pontos negativos.

Na terceira e última etapa, que deve possibilitar a elaboração de propostas de políticas institucionais e, ainda, a redefinição da atuação ou da missão institucional, são produzidos relatórios com os resultados das discussões, a análise dos dados e a interpretação das informações. Eles devem conhecer a mais ampla divulgação, além de proporcionar um balanço crítico, com o redesenho de soluções. Chamada a participar ao longo do processo, a comunidade deve construir, nesse momento de consolidação, um amplo autoconhecimento, preparando-se para um novo ciclo avaliativo, cujo ponto de partida não poderá ignorar o conhecimento acumulado ao longo das atividades.

3. A avaliação na UFF

As muitas iniciativas já implementadas pela UFF devem agora convergir para fazer frente às novas circunstâncias enfrentadas pela educação superior, além de atender à recente exigência legal. Mas, ela deve romper com as amarras normativas e se constituir como um importante instrumento para que a Universidade possa realizar diagnósticos de sua atuação e melhor pensar seu futuro. Em outras palavras, é preciso que a avaliação seja pensada não como um pesado ônus ou um desnecessário requisito legal, mas como um importante utensílio para a elaboração de uma reflexão interna, submetida ao crivo do olhar externo e em diálogo com a sociedade civil, tudo com a finalidade de proporcionar a melhoria da atuação institucional da UFF.

3.1. Objetivos

Concebido para o período 2004-2007, em consonância com o primeiro ciclo do SINAES, o presente projeto de auto-avaliação possui os seguintes objetivos:

- ✓ sensibilizar a comunidade para a importância da avaliação institucional e sua integração com a missão da Universidade;
- ✓ sistematizar e analisar os dados institucionais, produzindo informação fidedigna capaz de subsidiar o planejamento e a gestão institucional;
- ✓ construir uma metodologia que sedimente a cultura da avaliação em todos os segmentos da comunidade; e
- ✓ dar visibilidade à atuação da Universidade, incrementando seu diálogo com a sociedade civil.

3.2. Metodologia

Sempre sem perder de vista a necessidade de respeitar as peculiaridades e especificidades de cada unidade universitária, atender à multiplicidade de interesses em questão e gerenciar os diferentes instrumentos e informações disponibilizadas, a metodologia adotada está pautada por quatro princípios:

- ➔ **participação** de todos os diferentes segmentos da comunidade, além da sociedade civil;
- ➔ **transparência** em todas as suas atividades, assegurando-se a mais ampla **publicidade** em todos os seus procedimentos;
- ➔ **globalidade** de resultados, com seus diagnósticos e recomendações concentrando-se na totalidade da instituição, em diálogo com o seu PDI e o seu planejamento estratégico;
- ➔ **gradualidade** expressa em uma prática construída sob a lógica do tempo diferido, com incorporação gradual de novas dimensões avaliativas.

Com esse pano de fundo e balizada pelos quatro princípios enunciados, a análise situacional dar-se-á a partir de quatro diferentes eixos temáticos, que recortam as 10 dimensões avaliativas previstas na Lei 10.861/04, conforme expresso na Tabela I.

Tabela I
Eixos temáticos da avaliação

EIXOS	
Organização e gestão institucional	
Recursos humanos	Corpo docente
	Corpo discente
	Corpo técnico-administrativo
Projeto acadêmico	Projeto pedagógico
	Atividades de ensino
	Atividades de pesquisa
	Atividades de extensão
Infra-estrutura	Apoio
	Laboratórios
	Bibliotecas

Para adequadamente implementar a avaliação, ao longo desse primeiro ciclo, utilizar-se-ão, essencialmente, os dados estatísticos lançados no Censo 2004, além daqueles já existentes nas bases de dados da SESu/MEC, do INEP e da Capes. Os dados serão trabalhados, de forma desdobrada, em dois momentos distintos, um construído a partir de um olhar interno e outro, com base em um olhar externo.

3.2.1. O olhar interno

O olhar interno será realizado com a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e terá como foco da análise as diferentes unidades universitárias. Ele deve estar concluído até 30 de setembro de 2005.

Para realizar o seu processo de auto-avaliação, cada unidade deverá constituir uma Comissão de Avaliação de Unidade (CAU), que poderá constituir quantas subcomissões forem necessárias, considerando a quantidade e a complexidade do trabalho em seu âmbito. A constituição e atribuições das CAUs obedecerão aos seguintes parâmetros:

- ✓ elas terão sua composição definida pelo Colegiado da Unidade, assegurada a representação mínima de um docente, um discente e um técnico-administrativo, além de poder integrar membros da sociedade civil, como representantes de conselhos, ordens, sindicatos e associações.
- ✓ elas concentrarão a liderança do processo, cabendo-lhes avaliar e conduzir todas as atividades realizadas no seu âmbito, redigir a versão preliminar do Relatório de Avaliação Interna a ser apresentado para a avaliação externa, além de sua versão definitiva, já integrada do parecer da avaliação externa;
- ✓ seus relatórios deverão ser construídos de forma livre, sem as amarras de um instrumento pré-formatado, mas pautados pela matriz de avaliação (anexo 1), em todos os aspectos que são pertinentes à Unidade; e
- ✓ seus relatórios deverão ser discutidos com toda a unidade e apresentados ao respectivo colegiado, sendo, em seguida, encaminhados, por meio eletrônico, à CPA-UFF, que sobre eles emitirá parecer, com sugestões, caso pertinentes, para o aperfeiçoamento do projeto acadêmico e pedagógico da unidade.

Dois outros importantes balizamentos devem ser utilizados na construção do olhar interno. Em primeiro lugar, não se pode perder de vista que o parâmetro considerado para a análise interna é a própria unidade, sua evolução

histórica, os objetivos que ela própria traçou para si, sua realização no âmbito das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, além do currículo dos cursos nela sediados. Em segundo lugar, é preciso estar sempre atento para a necessária articulação dos olhares interno e externo como partes de um mesmo processo, ou seja, orientados pelos mesmos princípios e propósitos, ressalvada a prerrogativa da crítica e a liberdade de apreciação dos avaliadores.

3.2.2. O olhar externo

O olhar externo, a ser iniciado em 03 de outubro de 2005, será elaborado por comissões compostas por, pelo menos, dois profissionais de reconhecida competência em suas respectivas áreas de atuação, sugeridos pela CAU e, necessariamente, aprovados pela CPA-UFF. Ao longo do processo, estão previstas visitas de avaliação por comissões externas tanto para análise das unidades como da totalidade da Universidade. Suas atividades, que deverão estar concluídas até 30 de novembro de 2005, serão realizadas com base nos resultados do exame interno e nas visitas à instituição, concluindo-se com a elaboração de um parecer que contemple todas as dimensões incluídas no processo avaliativo. Embora semelhante, essa etapa não se confunde com a avaliação externa realizada sob a coordenação do INEP, prevista para ocorrer entre junho e setembro de 2006.

3.3. Cronograma

Atividade		2005							2006					
		05	06	07	08	09	10	11	12	01	02	03	04	05
Etapa 1 Preparação	Apresentação do projeto de auto-avaliação à comunidade universitária	■	■											
	Seminário de sensibilização da comunidade universitária		■											
	Encaminhamento do projeto de auto-avaliação para deliberação do CUV		■	■										
Etapa 2 Desenvolvimento	Organização das CAUs e das sub-comissões nas unidades			■										
	Realização das avaliações internas nas unidades			■	■	■								
	Entrega dos relatórios preliminares de auto-avaliação das unidades				■	■								
	Realização das avaliações externas nas unidades e na Universidade					■	■							
	Entrega das versões definitivas dos relatórios de auto-avaliação das unidades						■	■						
Etapa 3 Consolidação	Elaboração do relatório final de auto-avaliação da UFF							■	■	■	■	■	■	■
	Seminário de divulgação dos resultados para a comunidade universitária												■	■
	Encaminhamento do relatório final de auto-avaliação da UFF aos Conselhos													■
	Encaminhamento do relatório final de auto-avaliação da UFF à CONAES													■

3.4. Orçamento

Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor	Valor total
Material permanente				R\$ 15.900,00
Microcomputador	03	R\$ 2.800,00	R\$ 8.400,00	
Impressora a laser	01	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	
Nobreak	01	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	
Mobílias		R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	
Serviços de terceiros				R\$ 84.000,00
Passagens aéreas	70	R\$ 1.200,00	R\$ 84.000,00	
Material de consumo				R\$ 5.000,00
Tonner para impressora	04	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00	
Papel A4	10	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00	
Livros			R\$ 1.000,00	
Despesas com pessoal				R\$ 35.100,00
Diárias	140	R\$ 150,00	R\$ 21.000,00	
Hospedagem	70	R\$ 150,00	R\$ 10.500,00	
Bolsistas	2 (6 meses)	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00	
Total geral				R\$140.000,00

Anexo 1
MATRIZ GERAL DE
AVALIAÇÃO

Descrição da dimensão institucional e suas relações com	Sociedade/Produção do conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/Indicadores	Pertinência Relevância Juízo		Consolidação	Superação
1. Organização e gestão institucional 1.1. <u>Projeto de desenvolvimento institucional (PDI):</u> referenciais e metas	<ul style="list-style-type: none"> – Referências sociais (universo a que se destina). – Metas: expansão institucional; ensino pesquisa, extensão e gestão. – Política de difusão cultural, artística e de integração com a rede de ensino fundamental e médio. – Necessidades científico-tecnológicas que atende. – Priorizações. 	<ul style="list-style-type: none"> – Valores que estimula. – Relação com contexto social e diretrizes nacionais. – Relação com necessidades acadêmicas e PPI. 	<ul style="list-style-type: none"> – Processo de construção e aperfeiçoamento. – Envolvimento dos docentes, discentes e TAs. – Órgãos de apoio 		

Descrição da dimensão institucional e suas relações com	Sociedade/Produção do conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/Indicadores	Pertinência Relevância Juízo		Consolidação	Superação
<p>1.2. Instâncias deliberativas</p> <p>1.2.1. Conselhos Superiores e Centros. Plenárias Departamentais. Colegiados de Curso.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Participação da sociedade civil e da comunidade acadêmica. – Deliberações de interesse da sociedade. – Deliberações por atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. – Periodicidade das reuniões. – Nº de reuniões ordinárias e extraordinárias. – Quorum das reuniões. – Títulos outorgados. – Outros. 	<ul style="list-style-type: none"> – Efetividade. – Relação com o PPI e PDI. 	<ul style="list-style-type: none"> – Estatuto Geral. – Atribuições regimentais. – Autonomia. – Escolha de dirigentes e representantes. 		

Descrição da dimensão institucional e suas relações com	Sociedade/Produção do conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/Indicadores	Pertinência Relevância Juízo		Consolidação	Superação
<p>1.3. Órgãos acadêmicos 1.3.1. Pró-Reitorias e Centros Universitários . Institutos e/ou Faculdades. Departamentos 1.3.2. Coordenações de Cursos de Graduação e Pós-graduação (lato e strito sensu)</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Políticas de integração com a sociedade. – Processo de matrícula e recepção aos calouros. – Prazos para emissão de certificados, expedição e registro de diplomas. – Patentes. – Políticas de ensino, pesquisa e extensão. – Horas dedicadas ao ensino, pesquisa, PG, extensão, gestão. – IQCD de departamentos e cursos. – Capacitações não concluídas. – Pesquisadores CNPQ e FAPs. – Núcleos e linhas de pesquisa. – Publicações nacionais e internacionais. – Qualificação dos TAs. 	<ul style="list-style-type: none"> – Efetividade. – Relação com PPI, PDI e PPCs. 	<ul style="list-style-type: none"> – Regimento interno. – Regulamentos acadêmicos. – Prazos para expedição de documentos. – Calendário e prazos acadêmicos. – Natureza das relações com órgãos acadêmicos. 		

Descrição da dimensão institucional e suas relações com	Sociedade/Produção do conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/Indicadores	Pertinência Relevância Juízo		Consolidação	Superação
<p>1.4. Órgãos de apoio acadêmico</p> <p>1.4.1. Fazendas experimentais, SPA, escritório jurídico e outros, farmácia escola, clínicas e empresa júnior</p> <p>1.4.2. Bibliotecas.</p> <p>1.4.3. Editora.</p> <p>1.4.4. Laboratórios</p> <p>1.5. Hospital universitário</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de metas. - Horários de funcionamento. - Nº de consultas. - Títulos publicados. - Projetos em desenvolvimento. - População atendida. - Recursos arrecadados. - Avaliação do atendimento pelo público. - Políticas de integração acadêmica. - Estágios e formação complementar. - Consultas por docentes e discentes. - Acervo de livros e periódicos. - Aquisição nos últimos anos. - Integração de fontes bibliográficas. - Política editorial. - Obras publicadas. - Qualificação dos TAs. 	<ul style="list-style-type: none"> - Valores que estimula. - Relação com o contexto social. - Relação com necessidades acadêmicas. - Relação com o PPI e PDI. 	<ul style="list-style-type: none"> - Natureza das relações com órgãos acadêmicos. - Participação da comunidade na definição do acervo. 		

Descrição da dimensão institucional e suas relações com	Sociedade/Produção do conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/Indicadores	Pertinência Relevância Juízo		Consolidação	Superação
<p>2. Projeto Acadêmico 2.1. Projeto Pedagógico Institucional (PPI): histórico e contexto social</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Referências sociais (universo a que se destina). - Referenciais epistemológico, científico-tecnológicos e técnico-educacionais. - Legislação. - Princípios e fundamentos. - Acesso (formas de seleção e vagas) - Perfil do vestibulando. - Vagas não preenchidas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Valores que estimula. - Relação com contexto social e diretrizes nacionais. - Relação com PPCs e currículos 	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de construção e aperfeiçoamento. - Envolvimento dos docentes, discentes e TAs na implementação. 		

Descrição da dimensão institucional e suas relações com	Sociedade/Produção do conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/Indicadores	Pertinência Relevância Juízo		Consolidação	Superação
<p>2.2. Ensino 2.2.1. Cursos de graduação, fundamental e médio</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Alunos matriculados, inscritos e trancados, por curso e turno. - Egressos. - Evasão, retenção e diplomados. - Nº e tipo de bolsas de apoio. - Conceitos ENC (ENAD) e condições de oferta. - Disciplinas. - Conteúdos atualizados. - Tempo médio de integralização, por curso. - Diversificação de cenários e práticas. - Nº e distribuição de monitorias. - Trabalho de conclusão de curso. - Avaliação pelos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Valores que estimula. - Relação com necessidades sociais. - Relação com a pesquisa, a extensão e a pós-graduação. - Relação com o PPI, PPCs e PDI. 	<ul style="list-style-type: none"> - Natureza das relações com órgãos acadêmicos. - Participação discente em atividades políticas e sociais. - Programas de apoio ao estudante. 		

Descrição da dimensão institucional e suas relações com	Sociedade/Produção do conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/Indicadores	Pertinência Relevância Juízo		Consolidação	Superação
2.3. Pós-graduação 2.3.1. Lato sensu 2.3.2. Strito Sensu	<ul style="list-style-type: none"> – Cursos oferecidos. – Formas de acesso. – Perfil dos ingressantes. – Disciplinas. – Conceito CAPES. – Políticas de pós-graduação. – Evasão. – Retenção. – Diplomados. – Perfil sócio-econômico dos alunos, por instituição de origem e faixa etária. – Laboratórios para alunos. – Acesso a recursos de informática. – Nº e tipos de bolsas. – Teses defendidas. – Credenciamento docente. – Publicações docentes e discentes. 	<ul style="list-style-type: none"> – Valores que estimula. – Relação com necessidades sociais. – Relação com o conhecimento atual. – Relação com PPI e PDI. 	<ul style="list-style-type: none"> – Integração com a graduação. – Integração com outros cursos. 		

Descrição da dimensão institucional e suas relações com	Sociedade/Produção do conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/Indicadores	Pertinência Relevância Juízo		Consolidação	Superação
2.4. Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> – Política de pesquisa. – Linhas e projetos de pesquisa de interesse social. – Núcleos e projetos especiais. – Financiamento. – Bolsas. – Cadastro e informatização da produção científica, técnica, artística e cultural. – Bolsistas de apoio técnico, pesquisa, aperfeiçoamento, iniciação científica e pós-doutorado. – Produtos gerados e publicações. – Apresentações em congressos. – Prêmios recebidos. 	<ul style="list-style-type: none"> – Valores que estimula. – Relação com necessidades sociais. – Relação com o conhecimento atual. – Relação com os órgãos de fomento. – Relação com PPI e PDI. 	<ul style="list-style-type: none"> – Procedimentos e critérios para aprovação de projetos e relatórios. – Apoio a participação em congressos. – Valorização da pesquisa. 		

Descrição da dimensão institucional e suas relações com	Sociedade/Produção do conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/Indicadores	Pertinência Relevância Juízo		Consolidação	Superação
2.5. Extensão (projetos de intervenção, bolsas, cursos, incubadora de empresas, financiamento).	<ul style="list-style-type: none"> – Política de extensão. – Projetos para órgãos públicos, privados e não-governamentais. – Cursos oferecidos: nº, duração, vagas, conteúdos programáticos, nº de alunos, periodicidade e bolsas. – Público atingido. – Produtos gerados. – Publicações. 	<ul style="list-style-type: none"> – Valores que estimula. – Relação com necessidades sociais. – Relação com necessidades acadêmicas. – Relação com PPI e PDI. 	<ul style="list-style-type: none"> – Procedimentos e critérios para aprovação de projetos e relatórios. – Valorização da extensão. 		
2.6. Atividades artísticas, culturais e esportivas	<ul style="list-style-type: none"> – Nº de apresentações ao público. – Acesso da sociedade. – Taxas cobradas. – Público atingido. – Integração acadêmica. – Produtos gerados. – Prêmios obtidos. – Participação em eventos especiais. – Participação da comunidade universitária. – Qualificação dos docentes e TAs. 	<ul style="list-style-type: none"> – Relação com o contexto social. – Relação com necessidades acadêmicas. – Relação com PPI e PDI. 	<ul style="list-style-type: none"> – Natureza das relações com órgãos acadêmicos. – Valorização pela comunidade universitária. 		

Descrição da dimensão institucional e suas relações com	Sociedade/Produção do conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/Indicadores	Pertinência Relevância Juízo		Consolidação	Superação
3. Recursos humanos 3.1. Corpo docente	<ul style="list-style-type: none"> – Estímulos para atrair talentos potenciais à carreira docente. – Recrutamento. – Avaliação dos docentes pelos discentes. – Plano de cargos, salários e carreira. – Regime de trabalho. – Substitutos e temporários. – Programas e atendimentos realizados. 	<ul style="list-style-type: none"> – Integração com a comunidade local. – Relação com necessidades acadêmicas. – Relação com PPI e PDI. 	<ul style="list-style-type: none"> – Administração de pagamentos e benefícios. – Apoio ao pessoal ativo e inativo. – Relações sindicais. 		
3.2. Corpo discente	<ul style="list-style-type: none"> – Instituições de origem. – Perfil dos estudantes de graduação e pós-graduação. – Avaliação dos discentes pelos docentes. 	<ul style="list-style-type: none"> – Participação na vida acadêmica. – Participação nos Conselhos Superiores e Colegiados. 	<ul style="list-style-type: none"> – Políticas de apoio ao estudante. – Casa do estudante. – Representação estudantil. 		

Descrição da dimensão institucional e suas relações com	Sociedade/Produção do conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/Indicadores	Pertinência Relevância Juízo		Consolidação	Superação
3.3. Corpo técnico-administrativo	<ul style="list-style-type: none"> – Estímulos para atrair talentos potenciais à carreira técnico-administrativa. – Recrutamento. – Avaliação do atendimento ao público. – Plano de cargos, salários e carreira. – Programas e atendimentos realizados. – Avaliação de desempenho. 	<ul style="list-style-type: none"> – Integração com a comunidade local. – Relação com necessidades acadêmicas. – Relação com PPI e PDI. 	<ul style="list-style-type: none"> – Conseqüências da avaliação de desempenho. – Administração de pagamentos e benefícios. – Apoio ao pessoal ativo e inativo. – Relações sindicais. 		
4. <u>Infra-estrutura, manutenção e desenvolvimento institucional</u> 4.1. Sistemas de comunicação: interna e externa	<ul style="list-style-type: none"> – Procedimentos e instrumentos de divulgação (catálogos, jornais, revistas, homepages e outros). – Procedimentos e instrumentos de recepção de informações. 	<ul style="list-style-type: none"> – Relação com necessidades sociais. – Relação com necessidades acadêmicas. – Relação com PPI e PDI. 	<ul style="list-style-type: none"> – Dificuldades de localização e entrega de correspondência. – Acesso a informações. – Boletins de Serviço. 		

Descrição da dimensão institucional e suas relações com	Sociedade/Produção do conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/Indicadores	Pertinência Relevância Juízo		Consolidação	Superação
<p>4.2. Suporte físico (infra-estrutura)</p> <p>4.2.1. Área</p> <p>4.2.2. Instalações (salas de aula e laboratórios)</p> <p>4.2.3. Manutenção</p> <p>4.2.4. Segurança</p> <p>4.2.5. Transporte</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Área construída por campi. – Coleta e tratamento do lixo: resíduo químico, biológico, radiativo, orgânico e inorgânico. – Captação de águas pluviais e drenagem. – Equipamentos sanitários. – Utilização das instalações, espaços livres e culturais. – Instalações: iluminação, taxa de utilização, por turno, informatização, equipamentos, sinalização, proteção a intempéries, barreiras físicas e combate a incêndio. – Serviços gráficos. – Serviços de transporte. – Avaliação pelos usuários. 	<ul style="list-style-type: none"> – Relação com necessidades sociais. – Relação com necessidades acadêmicas. – Relação com PPI e PDI. 	<ul style="list-style-type: none"> – Instalações administrativas: oficinas, sala de aula, almoxarifado. – Manutenção: equipamento e espaço físico. – Acesso aos campi. – Estacionamentos. – Aparato de telefonia e transportes. – Segurança. 		

Descrição da dimensão institucional e suas relações com	Sociedade/Produção do conhecimento		Relações Institucionais Dificuldades, Impedimentos e Facilitadores	Estratégias de Ação	
	Mérito, marcadores/Indicadores	Pertinência Relevância Juízo		Consolidação	Superação
4.3. Financiamento 4.3.1. Recursos (fontes de recurso, volume por fonte, destinação dos recursos)	<ul style="list-style-type: none"> - Doações. - Taxas cobradas por serviços e outras formas de captação. - Valores arrecadados. - Política de recursos próprios. - Custo do pessoal ativo e por aluno. - Despesa com diárias e passagens acadêmicas e administrativas com extensão, ensino, pesquisa e gestão. - Investimentos: laboratórios, desenvolvimento de pessoal, bibliotecas, tecnologia, construções, ampliações, reformas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Valores que estimula. - Relação com PPI e PDI. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreensão do orçamento e da prestação de contas pela comunidade acadêmica. - Critérios de distribuição dos recursos. 		
5. Comentários Gerais					

Anexo 2

UNIDADES AVALIATIVAS

CCM

Escola de Enfermagem
Faculdade de Farmácia
Faculdade de Medicina
Faculdade de Nutrição
Faculdade de Odontologia
Faculdade de Veterinária
Instituto Biomédico
Instituto da Saúde da Comunidade

CEG

Instituto de Arte e Comunicação Social
Instituto de Biologia
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Instituto de Física
Instituto de Geociências
Instituto de Letras
Instituto de Matemática
Instituto de Química
Departamento de Educação Física e Desportos
Departamento de Educação Matemática

CES

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

Faculdade de Direito

Faculdade de Economia

Faculdade de Educação

Escola de Serviço Social

Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Colégio Agrícola Nilo Peçanha

Colégio Técnico-Agrícola Ildefonso Bastos Borges

CTC

Escola de Arquitetura e Urbanismo

Escola de Engenharia

Escola de Eng. Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda

Instituto de Computação